

ASPECTOS DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS DA ALDEIA CACHOEIRINHA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA: ACAMPAMENTO MÃE- TERRA

Acadêmica: Edna Silva dos Santos¹

Orientadora: Professora Doutora Sandra Cristina de Souza²

RESUMO:

A questão da demarcação de terras indígenas é um assunto bastante polêmico na atualidade, podemos perceber tal fato através da mídia que a cada minuto lança flagrantes de conflitos envolvendo os mais afetados pela lentidão que assola os diferentes níveis do processo demarcatório, ou seja, os indígenas de um lado e os proprietários de terras na outra extremidade do problema. Esta situação certamente poderia ser evitada, se houvesse a valorização dos indígenas, de sua cultura e principalmente da contribuição desse povo para a formação cultural de nosso estado e também de nosso país.

A população indígena encontra-se atualmente ocupando áreas muito menores das que realmente lhes são pertencentes, o povo indígena, não só os da aldeia em questão, como de várias outras espalhadas pelos diversos estados do país, vivem de forma precária, sem a infraestrutura necessária para que essa gente possa se reproduzir física e culturalmente. Conhecer e, sobretudo informar sobre a real situação, necessidade e direito dos indígenas em relação à posse de terras no município de Miranda já servindo de apoio as outras aldeias que enfrentam o mesmo problema, é, contudo o objetivo maior deste estudo.

Palavras-chave: Territorialidade, Terena, História indígena.

INTRODUÇÃO

A aldeia Cachoeirinha localiza-se no município de Miranda, mais precisamente a vinte km da sede do município, no estado de Mato Grosso do Sul, esta aldeia é povoada por indígenas da etnia Terena. Neste estudo serão abordados aspectos da demarcação destas terras, cujo foco central será o acampamento Mãe-Terra, dado pelos indígenas e também por antropólogos que visitaram e demarcaram a área, como continuidade da mesma aldeia.

¹ Estudante do curso de licenciatura em geografia, na UEMS, unidade universitária de Jardim; email: edna.santosnet@hotmail.com

² Professora do curso de geografia na UEMS, unidade universitária de Jardim; E-mail: sandracristina@uems.br.

O estado de Mato Grosso do Sul, se destaca entre um dos estados onde mais prevalece a população indígena brasileira, possui a segunda maior população indígena do Brasil, entre tantas outras, aqui apresenta-se a tribo Terena, esta é a segunda maior do estado, ficando atrás apenas da etnia Guarani-Kaiowa. O Acampamento Mãe-Terra, foco central deste estudo, é povoado por indígenas Terena, estão neste lugar desde de o ano de 2005, lutando pela demarcação desta área como continuidade da Aldeia Cachoeirinha, cujo demarcação já foi iniciada, mas, sobretudo, estacionada antes da promulgação destas terras. Como sendo de propriedade indígena, através de estudos antropológicos realizados sob supervisão de órgãos e profissionais competentes, uma área de um total de aproximadamente 32 mil hectares de terras para um número aproximado de 5,8 mil indígenas, foi delimitada neste local.

O processo demarcatório em sua totalidade, é bastante complexo, constituído de várias etapas e cada uma delas carregadas de burocracias e trâmites, que fazem deste processo uma cansativa jornada de espera e conflitos. Para se chegar ao devido entendimento deste processo e principalmente para explicar ou sequer apontar possíveis soluções para o mesmo, é preciso antes de tudo conhecer a história, tanto do instrumento de pesquisa, neste caso a aldeia e os indígenas que lá se encontram, conhecer as leis vigentes que envolvem os atingidos pelo problema e principalmente conhecer a área, o território disputado e a origem de sua colonização.

Contudo este estudo tem por finalidade dar embasamento teórico a esta questão, servindo de aparato, de suporte aos esforços voltados a problemática da demarcação de terras indígenas, uma vez que a situação precária na qual se encontra os indígenas urgem de respostas rápidas, impedindo desta forma, que este povo continue a viver de forma desumana, a sofrer com a falta de moradia digna e sobretudo que os mal tratos, os preconceitos e as injustiças para com essa gente sejam cessados.

MATERIAL E MÉTODOS:

Como anteriormente mencionado, a demarcação de terras indígenas, apesar de não ser um tema novo e extraordinário, carece de fontes teóricas de pesquisas, desta forma pesquisar sobre o assunto requer um certo cuidado referente a veracidade dos fatos, a seriedade da fonte e da matéria e/ou documentário, etc.

Em busca de embasamento teórico, autores relacionados a questão indígena, sobretudo ao povo Terena, foco do trabalho, foram lidos e certamente deram contribuição ao conhecimento acerca da história deste povo, essa leitura foi feita através da análise de teses e

artigos científicos produzidos por estes autores. Dentro da metodologia aplicada nesta pesquisa é válido lembrar também da contribuição dos sites de pesquisa, muitos dos dados levantados até aqui foram retirados de órgãos sérios como a FUNAI, FUNASA, CIMI, entre outros. A contribuição dos noticiários, manchetes e páginas de jornais foram relevantes para o conhecimento da real situação vivenciada por indígenas, fazendeiros e lideranças políticas, uma vez que através desta, é possível conhecer o pensamento e opinião dos envolvidos a fim de colaborar para a continuação e conclusão da pesquisa. Além destes métodos de busca ao conhecimento, entrevistas foram e serão ainda realizadas com indígenas, na aldeia, a fim de conseguir desta forma compreender melhor a realidade dos acontecimentos e incorporar a prática de uma tentativa de mudar a realidade cruel vivenciada por esses indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O processo de legalização de terras pertencentes aos indígenas, não é um fato novo, esta questão vem sendo ignorada e de certa forma camuflada há muitos anos, pois somente passaram a dispensar maior zelo e cuidado quanto às questões de direitos territoriais indígenas a partir da constituição de 88, porém deste muito antes já existiam órgãos de apoio e proteção aos indígenas que se bem administrados poderiam de fato fazer valer o direito a propriedade de terra ao povo indígena.

Atualmente a problemática da demarcação de terras vem ganhando espaço na mídia, isto certamente se deve ao fato desta disputa ultimamente apresentar-se como fora de controle, é possível perceber tal afirmativa, através dos noticiários, jornais, revistas, sites, enfim, na mídia em geral, que sempre acompanha e transmite conflitos ocorridos entre indígenas que não querem abrir mão de suas terras e proprietários de terras que certamente não querem perder sua fonte geradora de capital.

Existem leis, estatuto de proteção ao índio, órgãos indigenistas e principalmente uma constituição que assegura aos indígenas a posse de terras, desde que estas sejam comprovadas historicamente serem suas, sobretudo ainda assim, muitos indígenas perdem suas terras, seu espaço de reprodução física e cultural, pelo egoísmo capitalista da sociedade atual, que sempre ostentando riqueza, multiplicação de seu capital, disputam a terra para produção em larga escala, cultivo principalmente de soja e criação de gado de corte. Nesta ótica encontramos muitos líderes políticos e organizações que apóiam os fazendeiros e agem contra

os indígenas na disputa pelas terras, alegando que este poderia ser o princípio de um grande entrave econômico para o país.

Realizar uma pesquisa desta natureza, requer um árduo esforço em busca de resultados sólidos, uma vez que este tema ainda encontra-se em fase de conclusão, percebe-se que ainda existem diversas dúvidas acerca da validação, da aplicação e até mesmo do conteúdo das leis que amparam os direitos indígenas, fato este que acaba por penalizar a população indígena, que muitas vezes, devido a sua pouca formação e interação ao assunto, são enganados e acabam submetidos as vontades e prazos estipulados pela elite, que manipulada pelos detentores do poder ajudam a classe favorável ao aumento, giro e acúmulo de capital, onde a terra adquire o caráter de mera mercadoria.

CONCLUSÃO:

Impedir que o mais plausível, que o politicamente correto aconteça, certamente se caracteriza como regressão, atraso ou até mesmo que uma volta ao passado se concretize, esta, de maneira alguma nunca foi e nem deve chegar a ser, uma qualidade de nossa humanidade, não podemos permitir que tal ato se concretize, muitos agravantes encontram-se em jogo, é o futuro das leis, das disciplinas, da ética, dos valores, de nossas políticas que encontram-se ameaçadas. Fazer valer o direito aos indígenas, quanto ao lugar digno de reprodução tanto física como cultural, conforme consta no estatuto do índio, é de fato corrigir todo um abalo sofrido nas estruturas políticas, sociais, culturais quanto ao direito dos mesmos de permanecerem presentes, de possuírem como qualquer outro indivíduo uma moradia digna, o povo Terna urge de respostas, esclarecimentos, práticas e, sobretudo ações capazes de mudar radicalmente a realidade deste povo tão sofrido, guerreiro e indispensável para nossa formação, riqueza e diversidade cultural seja em escala estadual, nacional e até mesmo mundial. Dar embasamento teórico e, sobretudo demonstrar interesse ao andamento do processo demarcatório das terras indígenas, certamente se somará aos esforços realizados em anos, na luta pela legitimação dos direitos indígenas ao seu território de origem, ou seja, a garantia de que os códigos de proteção ao índio, o direito a alteridade e principalmente as leis do Estado sejam cumpridas e respeitadas, mudando drasticamente a situação a qual o Brasil se encontra, de ser o segundo país com maior população indígena, porém o país que menos fez valer as leis de demarcação e sobretudo de bem estar e reprodução indígena.

Infelizmente percebe-se a precariedade da vida indígena, e embora muitos argumentem e aleguem ser consequência da cultura dos mesmos, sabe-se que a triste realidade

dos indígenas está diretamente ligada, ao fato destes indígenas não encontrarem as condições necessárias para sua reprodução tanto física como cultural, nos poucos hectares de terras que conseguem ocupar, mesmo que de forma ilegal, acarretando desta forma, em desespero, desistência e aflição, onde sem terem muitas opções, muitos indígenas em busca de melhores condições de vida, saem de suas aldeias, e vão morar nos centros urbanos, sofrendo com o preconceito, a falta de formação tanto intelectual como profissional, continuando a viver a margem da linha da pobreza, muitos cometem suicídio, ou se entregam a criminalidade, e sobretudo muitos indígenas acabam se perdendo em meio a discriminação, ao descaso a violência, e é neste espaço de tempo que muitos indígenas perdem sua identidade cultural, que muitas vezes acabam por ficar enraizadas em sua terra mãe, seu local de origem, lugar de sua manifestação cultural.

AGRADECIMENTOS:

Este trabalho só se concretiza através do auxílio da UEMS, unidade a qual freqüente, que me encaminhou ao ramo da pesquisa, sou grata também e, sobretudo a iniciação científica, a divisão de pesquisas, que além de me ceder um bolsa, que certamente veio a financiar minha pesquisa, serviu de apoio, sanando minhas dúvidas e anseios sempre que possível. Meus sinceros agradecimentos aos indígenas e todos aqueles que de uma forma direta ou indireta contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse.

REFERENCIAS:

Gilberto Azanha, as terras indígenas de mato Grosso do Sul.

Vera Lúcia Ferreira Vargas, A construção do território Terena (1870-1966)- Uma sociedade entre a imposição e a opção.